

SEGREGAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ILHA DOS FRADES (SALVADOR-BA)

Yuri Lima dos Santos^{1} & Wendel Henrique Baumgartner²*

RESUMO

Segregação e gentrificação turística na produção do espaço em Ilha dos Frades (Salvador-BA). *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v.13, n.40, p.10 - 29, 2023.

O artigo tem como objetivo apresentar os resultados de um Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia sobre a produção de um espaço turístico em Ilha dos Frades (Salvador/BA). Através da análise de material bibliográfico, observação direta da paisagem em trabalhos de campo, relatos obtidos através da aplicação de questionários e entrevistas feita com os moradores, levantamento de reportagens, registros fotográficos, dados estatísticos e cartográficos, foi possível identificar como dois agentes produtores do espaço – os proprietários de terra/meios de produção em ação associada com o Estado – assumem

um protagonismo na seleção de uma determinada porção do território insular para promoção de atividades turísticas de alto padrão, em detrimento dos investimentos sociais e em infraestrutura nos espaços onde mora a população local. A urbanização capitalista, impulsionada pelas funções turísticas, produz a segregação dos moradores locais em Paramana, enquanto a Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe passa por um intenso processo de requalificação e produção de um espaço de consumo para turistas e visitantes de maior renda, o que pode levar à uma gentrificação associada à função turística.

Palavras-chave: Produção do espaço. Turismo. Segregação. Gentrificação turística.

¹Geógrafo formado pela Universidade Federal da Bahia;

²Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-290, Brasil

(*) e-mail: yuri.l.santosgeo@gmail.com

Data de recebimento: 21/07/2022

Aceito para publicação: 23/02/2024

Data de publicação: 15/08/2024

TOURIST SEGREGATION AND GENTRIFICATION IN SPACE PRODUCTION IN ILHA DOS FRADES (SALVADOR-BA)

Yuri Lima dos Santos^{1} & Wendel Henrique Baumgartner²*

ABSTRACT

Tourist segregation and gentrification in space production in Ilha dos Frades (Salvador-BA) in **Online Perspectives: Human & Social Applied**, v.13, n.40, 2023.

Our goal in this paper is to present the results of a graduation monography in Geography where the main topic was the production of the touristic space of Ilha dos Frades (Salvador/BA). Through analysis of bibliographic material, direct observation of the landscape in field works, application of surveys and interviews with residents, and analysis of newspapers, images, statistics, and cartographical data, we identify how two agents are producing the space. The landowners or the owners of the production means are acting in association with the Municipal Government to produce a

specific space with touristic activities for high class consumers. On the other side of the island, where the local population lives, the investments in social welfare and infrastructure are small. The capitalist urbanization, connected with the tourism, ended up producing the segregation of residents in Paramana, while Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe is under an intense process of requalification and production of a consumption space for tourists and higher income visitors, which can lead to a gentrification associated with the tourism.

Keywords: Production of space. Tourism. Segregation. Tourist gentrification.

¹Geographer – graduated by Federal University of Bahia (UFBA);

²Professor of Department of Geography, Federal University of Bahia (UFBA), R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-290, Brasil

(*) e-mail: yuri.l.santosgeo@gmail.com

Received: 21/07/2022

Accepted: 23/02/2024

Published online: 15/08/2024

1. INTRODUÇÃO

Os resultados das buscas sobre a Ilha dos Frades em provedores de pesquisa na internet constroem um imaginário deste lugar como “um paraíso turístico”, um “Caribe”, um local “tranquilo” e “isolado”, ou como um “tesouro”, localizado na Baía de Todos os Santos, Estado da Bahia. Inserida em roteiros turísticos desde o início dos anos 2000, a Ilha dos Frades se reafirma nos últimos anos como um dos objetos turísticos mais atrativos e visibilizados de Salvador, graças aos jornais e às redes sociais. A presença de recursos naturais cênicos e infraestruturas de lazer e alimentação, consequência da concessão pública do uso do solo, associada à exploração e execução de obras com recursos provenientes do capital privado garantem a visibilidade nas mídias e atraem cada vez mais pessoas. Entretanto, a imagem que o turismo projeta e desenvolve não contempla a totalidade da ilha, com 13,6 km² de área e 733 habitantes (IBGE, 2010), mas apenas uma parte de seu território selecionado para inclusão de tal atividade econômica, o que provoca a produção de um espaço contraditório e conflituoso.

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados de uma pesquisa vinculada a um Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), cujo tema é a produção e apropriação do espaço (LEFEBVRE, 1991) pelos agentes relacionados ao turismo na Ilha dos Frades, em Salvador (BA). Conforme Lefebvre (1991), o termo “espaço” não possuía um significado definido até o momento em que o capitalismo começa a fazer parte das relações sociais de produção do espaço, resultando em distintas formações e moldando este conceito aos interesses dos agentes hegemônicos, o que é percebido em Ilha dos Frades, onde duas localidades distintas – Paramana e Nossa Senhora de Guadalupe - existem num mesmo espaço que é moldado por tais agentes.

A importância deste artigo está pautada na compreensão da produção contemporânea do espaço geográfico, por meio das relações estabelecidas entre o Estado e o capital privado, entre a classe política e as empresas. Também busca-se entender como as desigualdades, materializadas na paisagem, ficam implícitas sob discursos hegemônicos do capital privado, que esconde suas verdadeiras intenções no processo desenvolvimentista vinculado a um tipo de turismo e a um perfil de turista desejado. As ações levam à segregação espacial e à gentrificação turística (CALDEIRA, 2000; VILLAÇA, 2001; CORRÊA, 2013; PAES, 2017; MENDES, 2020; SOUSA, RODRÍGUEZ-BARCÓN, 2021; NONATO, 2021) e negam o direito à cidade (RANGEL, RUIZ, COSTA e GOMES, 2022).

2. ÁREA DE ESTUDO

A Ilha dos Frades (figura 1) foi incorporada ao município de Salvador, Bahia, em 1931 (BAHIA, 1931). Seu espaço é protegido pela Área de Proteção Ambiental (APA) Baía de Todos os Santos (BTS). Possui três povoados: Paramana (povoado que concentra a maior parte da população), Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe (onde se encontram as atividades turísticas desenvolvidas para visitantes de maior rendimento) e Costa de Fora. Em 2016, de acordo com o artigo 156, inciso VII, do Plano Diretor de Salvador (SALVADOR, 2016a), seu território passou de zona de rural para urbana. Em 2017, se transformou em um bairro de Salvador (SALVADOR, 2017). A passagem de zona rural para urbana é um importante passo para o processo de turistificação da ilha, uma vez que, segundo a lei de uso e ocupação do solo, apenas terras em zonas urbanas e áreas de expansão podem ser loteadas (BRASIL, 1979). Além disso, o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (SALVADOR, 2016b) alterou o zoneamento

anterior, de 2007 (SALVADOR, 2008), que definia a Ilha dos Frades como Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) e as áreas ocupadas de Paramana como ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social (ARAÚJO, ABREU, SIQUEIRA e CHRISPIM, 2021). A Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe, até então uma ZPAM (Zona de Proteção Ambiental), passou a ser uma ZUSI (Zona de Uso Sustentável na Ilhas).

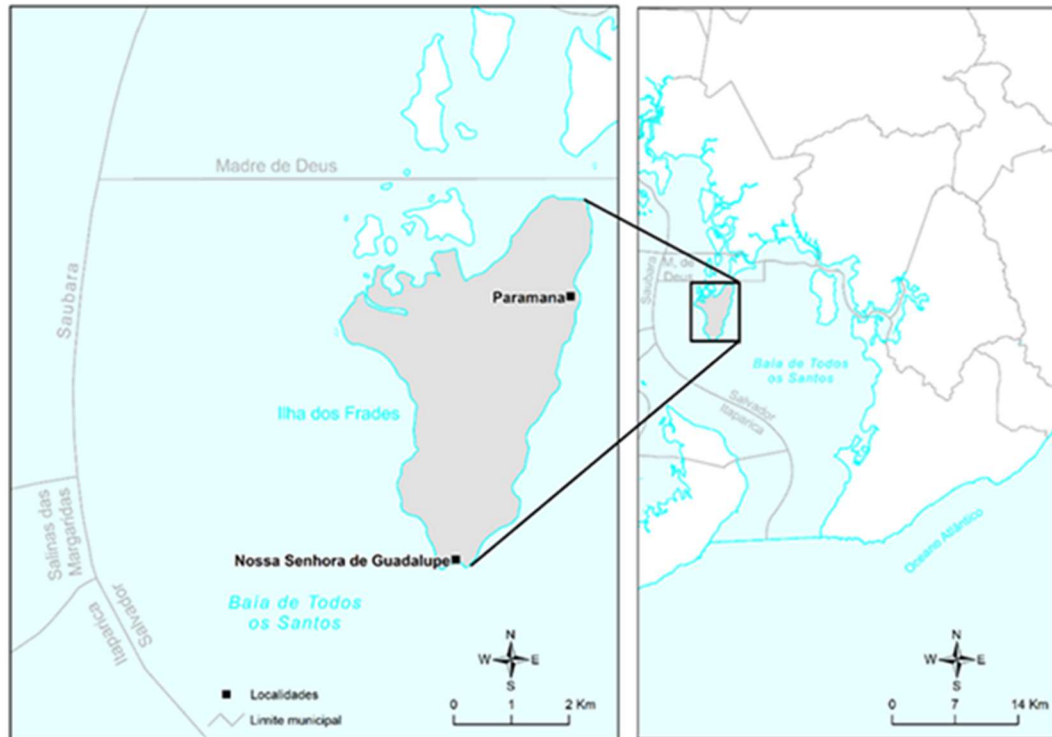


Figura 1: Localização da Ilha dos Frades.

Como os registros históricos acadêmicos sobre a formação socioespacial da Ilha dos Frades são restritos, optou-se por uma perspectiva da história oral para recontar o seu processo de ocupação. Os Tupinambás formaram o primeiro grupo humano indígena que se estabeleceu na ilha, sendo mortos ou catequizados por religiosos portugueses no processo de colonização. Até o século XIX, a Ilha dos Frades era base de apoio na rota de transporte dos africanos escravizados trazidos para o trabalho forçado nas lavouras na Região do Recôncavo Baiano, servindo como lugar de quarentena antes de seguirem para as fazendas de fumo e cana-de-açúcar.

Em entrevistas e conversas informais feita com moradores, foi relatado que as terras da ilha são divididas em poucas fazendas, com vastos terrenos que se estendem até a linha de costa, sendo necessário uma autorização para o deslocamento interno. As maiores extensões de terra (Fazendas Marina, Utinga e Loreto) estão associadas a um grande empresário baiano, dono de uma construtora e parceiro da Fundação Baía Viva.

Essa fundação, em convênio com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), é exploradora das atividades turísticas na ilha, ficando responsável por reformas, gestão e segurança de algumas praias da ilha. A associação entre o município e a fundação se dá através de Convênios de Cooperação Técnica e abrange todas as ilhas pertencentes a Salvador. Tal ação tem como objetivo “auxiliar no processo de desenvolvimento e ordenamento, bem como permitir a ampliação dos serviços prestados pelo município nestas localidades” (SALVADOR,

2016). A fundação realiza obras de infraestrutura, organiza a distribuição dos restaurantes e de outros estabelecimentos comerciais, recupera imóveis tombados para utilização como cerimoniais, entre outras atividades. Para os moradores entrevistados, a fundação representa a prefeitura, fornecendo serviços que, segundo o convênio, são municipais, mas que no imaginário dos moradores não se configuram como uma ação do poder público local. Segundo Aguiar (2016, s.p.), o secretário municipal de Desenvolvimento e Urbanismo afirmou que “[é] um convênio do tipo ganha-ganha. Ganha a fundação, que tem interesse em promover a região, e ganha a prefeitura, que não teria condições de fazer alguns desses investimentos. ”

A base física natural do território é extremamente favorável às práticas do turismo no segmento sol e praia, que “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2007,p.16). Além das praias, Ilha dos Frades possui um clima tropical chuvoso de floresta, sem estação seca, com pluviosidade média mensal superior à 60 mm, com temperaturas médias variando de aproximadamente 18°C no período mais frio à 22° C no período mais quente (SEI, 1998).

O bioma no qual a ilha está inserida, corresponde ao da Mata Atlântica com uma grande área verde preservada, sendo uma das poucas dentro do município de Salvador. De acordo o Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 2004), a cobertura vegetal presente na ilha corresponde a Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial) antropizada com vegetação secundária e atividades agrárias como mostra o mapa de uso do solo em 2022 (figura 2).

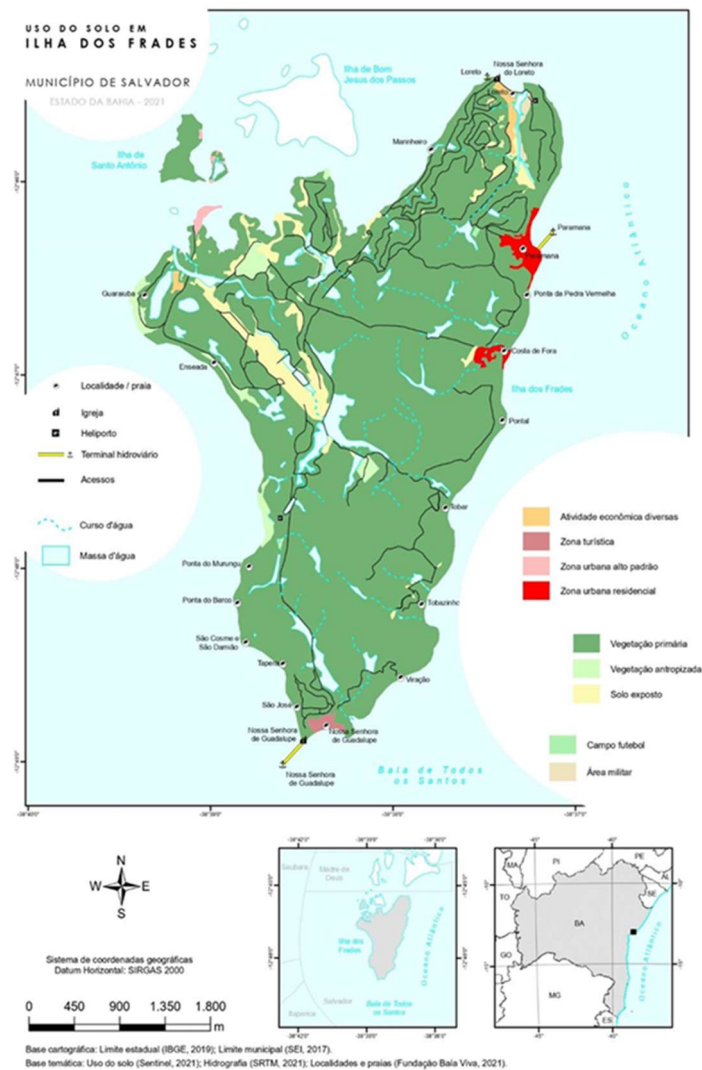


Figura 2: Uso do solo da Ilha dos Frades, a partir de imagens de satélite Sentinel – 2.

Segundo informações obtidas através do Observatório de Bairros Salvador (2018) vinculado à Universidade Federal da Bahia, com base nos dados do Censo 2010, a população local se autodeclara em sua maioria parda e com rendimento médio de R\$ 683,00, ou seja, renda mensal era do que um salário-mínimo (R\$ 954,00, em 2018). A infraestrutura local em alguns aspectos melhorou na comparação entre 1991 e 2010, principalmente em relação à coleta de lixo e abastecimento de água, porém, até o presente, ainda deixa a desejar no quesito esgotamento sanitário, que chegava para apenas 2,74% da população residente na ilha. Essa dimensão relacionada ao esgotamento sanitário é um ponto chave para compreensão dos diferentes usos turísticos na ilha, uma vez que, na área foco da expansão turística na Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe, a Fundação Baía Viva construiu infraestruturas que mantem a qualidade da água do mar no padrão Bandeira Azul, uma certificação internacional dado apenas aos locais que conseguem cumprir uma série de exigências de cunho ambiental e turístico/social. Nas praias próximas as localidades que concentram o maior número de residências dos moradores locais, a qualidade da água é comprometida pelo baixo acesso ao esgotamento sanitário. Cabe destacar que esses dados coletados no último censo (2010) já estão defasados, mas não existem dados mais recentes.

Do ponto de vista econômico, o turismo e as práticas pesqueiras são as principais fontes

de renda da população local, segundo pesquisas de campo feitas em 2021. Nos dois trabalhos de campo, pode-se observar poucas pousadas, sendo em sua maioria localizadas em Paramana, local que recebe um tipo de turista que opta, segundo as informações coletadas, por passar um fim de semana e pode encontrar diárias e restaurantes a preços mais acessíveis. Também em Paramana é possível comprar passeios de barcos ofertados por moradores locais e pelos próprios donos das pousadas e restaurantes. Já em Guadalupe foram identificadas apenas duas pousadas, mas um número maior de restaurantes, sendo que as estruturas são de alto padrão, produzidas para atender um público mais elitizado, baseado em Salvador, e que procura o lugar para realizar o turismo de um dia, feitos através de passeios de escuna, barcos particulares e afins. A estrutura de serviços nas praias de Paramana e Guadalupe, apesar de próximas, são pensadas para receber um público diferente e que também anseia por atendimentos distintos

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo – qualitativo exploratório, entre agosto de 2021 e junho de 2022, com estudos bibliográficos, levantamento de dados estatísticos e de material cartográfico. Também foram realizados dois trabalhos de campo, com duração de um dia, para observação do espaço e coleta informal de dados junto aos habitantes (17 moradores) e frequentadores da Ilha.

Na primeira etapa do trabalho foi realizada uma análise referente pesquisa bibliográfica, de dados e de informações disponíveis sobre a área de estudo. Esta coleta foi feita através de jornais (A Tarde, Correio) e divulgadas pelos seus respectivos sites online, dados oficiais do IBGE, da Prefeitura Municipal de Salvador, mapas, imagens de satélite do Google Earth e Maps, abrangendo o período temporal entre os anos 1970 e 2021, e trabalhos acadêmicos, em sua maioria voltados para áreas da Geografia Humana e Turismo, advindos de diversas instituições acadêmicas como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e as Universidade de Lisboa e Porto. Após o levantamento destas informações, iniciou-se a leitura e análise da bibliografia com o objetivo de embasar e fundamentar o assunto trabalhado. Para esse fim, foram utilizados artigos, monografias, dissertações e livros.

Nas diversas etapas e buscas fez-se o uso da internet e do Google Acadêmico como fonte de pesquisa das informações, sempre buscando fontes confiáveis que pudessem agregar um acervo bibliográfico atual ao trabalho. Por conta da pandemia de Covid-19 muitas bibliotecas e acervos públicos estavam fechados para visita, o que acabou trazendo certa dificuldade na coleta de informações e referências. Destaca-se que foi possível ter acesso à duas bibliotecas públicas: a biblioteca que guarda o Arquivo Público do Município de Salvador e a biblioteca da Fundação Mario Leal Ferreira.

Por fim, foram realizadas pesquisas de campo, que também apresentaram algumas dificuldades em relação ao acesso à Ilha, uma situação vivenciada cotidianamente pela população local. A partir de Salvador, o deslocamento em meios públicos ou coletivos de transporte até a Ilha dos Frades pode ser realizado de duas formas. O mais rápido (2 horas) é através de bilhete em um passeio turístico de escuna que custava R\$80,00 por pessoa, em outubro 2021 (fora da alta estação). O segundo é a opção mais utilizada pela população local, e para essa pesquisa, envolvendo um deslocamento por terra até o terminal marítimo da cidade de Madre de Deus, distante 64 km do centro de Salvador e sem rota de transporte público, onde é possível utilizar embarcações que fazem a travessia (20 minutos) pelo valor de R\$ 5,00 por

peessoa. Chegando à ilha, o atracadouro principal da Vila de Paramana se encontra em um estado de conservação precário e com problemas de uso devido a uma obra de recuperação iniciada antes da pandemia e que, até o momento do primeiro trabalho de campo (outubro de 2021), se encontrava paralisada (figura 3). Cabe destacar que essa primeira ida à área de estudo ocorreu em um período considerado de baixa sazonalidade, quando o número de turistas e visitantes é menor.



Figura 3: Precariedade do atracadouro da Vila de Paramana.

Após a chegada em Paramana, a ligação com a praia de Nossa Senhora, distante 7 km, é feita por trilhas que seguem pela praia, manguezal e sobre um muro, que a Fundação Baía Viva estava construindo ao redor da ilha. Neste percurso vários pontos foram observados, com construções abandonadas, criadouros de camarões sem uso, além de uma paisagem bem degradada, devido as obras e abertura de acessos, que, aparentemente se relacionam com um possível loteamento. Já em 2010, o Ministério Público da Bahia (MP-BA) alertava sobre obras que estavam degradando a ilha:

Com supressão e aterramento de vegetação da Mata Atlântica e de mangue, construção de muros, barragens, diques e tanques artificiais, extração de minerais, represamento de águas, pavimentação de vias e construção de túneis sem as devidas autorizações e licenças ambientais, obras que estão sendo realizadas numa área de mais de 20 mil m² de praia e manguezal na Ilha dos Frades, onde também foram construídas duas galerias subterrâneas de mais de 60m de comprimento e três de diâmetro, devem ser paralisadas por determinação do juiz Federal substituto da 4^a Vara da Bahia. (MINISTÉRIO PÚBLICO – BA, 2010)

As obras que foram embargadas nessa ação do MP-BA tinham como um de seus principais executores Carlos Suarez e a Fundação Baía Viva, presidida por Isabella Suarez (filha de Carlos Soares, um dos fundadores da construtora OAS), com anuência da PMS através das Superintendências de Meio Ambiente (SMA) e de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (Sucom). Estas obras estavam sendo realizadas sem um estudo prévio do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGA), sem o licenciamento do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e sem anuência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos.

Essa situação é mais um demonstrativo das contradições presentes na produção do espaço urbano capitalista, uma vez que o Estado, através do poder executivo atua para viabilizar a ação dos agentes do capital para apropriação do espaço da ilha e promoção dos usos turísticos, ao mesmo tempo que, pela ação do poder judiciário, tentar conter os danos, notadamente ambientais, decorrente de tais usos.

O último trabalho de campo ocorreu no dia 31 de dezembro de 2021 e teve como objetivo observar os usos intensivos do espaço pelas atividades turísticas, uma vez que a data se configura como um momento de grande fluxo de turista no período de alta sazonalidade. A data, na véspera do Ano Novo é marcada tanto pela grande demanda de pessoas que visitem a ilha para hospedagem em Paramana, como pelo marcante aumento das visitas de turistas hospedados em Salvador que fazem um passeio de um dia para a Ponta de Guadalupe. O deslocamento foi o mesmo, com a diferença que no Terminal de Madre de Deus, enquanto os barcos que fazem a travessia para Paramana estavam cheios de grupos e famílias com grande carregamento de mercadorias e fatura de comidas e bebidas, indicando a permanência desses grupos para a momento da passagem para o ano novo, foi alugada uma embarcação exclusiva para fazer toda a circunavegação da ilha, com paradas pré-determinadas ao longo das praias de Paramana, da Costa, Loreto e Guadalupe.

Durante os trabalhos de campo foram realizadas entrevistas espontâneas e aleatórias com 17 moradores da Ilha, buscando obter um registro mais detalhado da situação pretérita e atual da área de estudo, através de perguntas de cunho social e estatístico contidas em um formulário com perguntas abertas e fechadas. Devido a pandemia da Covid-19 o número de pessoas entrevistadas teve que ser limitado, respeitando as condições sanitárias vigentes. Apesar de poucas entrevistas informais, o caráter qualitativo das contribuições dos moradores foi de suma importância para embasar o trabalho, bem como indicar a possibilidade de trabalhos futuros nesta área.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Segundo Corrêa (1989) todo espaço tem uma história, que é trabalhada pelos interesses humanos, tendo à frente seus principais agentes produtores, que seriam: “a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, b) os proprietários fundiários, c) os promotores imobiliários, d) o Estado, e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1989, p.12). Os agentes detentores dos meios de produção dependem diretamente dos proprietários fundiários para disponibilização de terras onde estes meios possam ser alocados e utilizados. Porém, na área de estudo, este meio de produção se faz presente de uma forma diferente: através dos objetos turísticos naturais da Ilha, pois são os principais meios de retorno financeiro à população residente e usuários. Entretanto, apesar de serem objetos naturais localizados em área urbana pública, os mesmos são tratados como espaços privados tanto pelos proprietários fundiários locais quanto pelo poder público, que consente com essa apropriação através da normatização, regulamentação e legalização dessa prática. A apropriação dos recursos naturais em áreas públicas visa produzir rendas e obtenção de retorno financeiro decorrente da sua exploração através da incorporação imobiliária (urbanização turística) e do turismo.

A paisagem da Ilha carrega, material e visivelmente, o modelo capitalista de produção e reprodução do espaço, através de ações que buscam substituir a vegetação nativa por enclaves

turísticos, com projetos de condomínios e loteamentos, e construção da infraestrutura de suporte aos serviços turísticos. É interessante notar que o início desse processo contemporâneo de produção do espaço turístico, altamente vinculado ao mundo urbano, decorre da liberação de atividades de carcinicultura na Ilha. Essas áreas produzidas para criação de camarões foram abandonadas e agora passam por uma refuncionalização, servindo à urbanização turística. Tal processo ocorre com a devida mudança da legislação municipal, que transformou todo seu território em zona urbana, conforme explicado anteriormente.

Os agentes que são detentores dos títulos de uso das terras da Ilha dos Frades, que também são os meios de produção para a geração de rendas vinculadas ao turismo, formam um pequeno grupo de pessoas, vinculados à Fundação Baía Viva. Esses agentes produzem o espaço de acordo com seus interesses econômicos, construindo barreiras físicas e simbólicas que impedem a livre circulação pela ilha. Em seus projetos, muitas vezes, avançam sobre a linha de costa com a construção de muros dentro d'água (formação de piscinas, marinas, atracadouros e aterros). Esses agentes, sob a alcunha da Fundação, usam de influência política e econômica, conforme relatado em diversas publicações da mídia local, para criar projetos que servem apenas como uma camuflagem para os reais interesses econômicos: a super exploração dos espaços e seus recursos, através de um aumento significativo do fluxo de turistas e da urbanização turística.

Com a análise do material cartográfico, notadamente a imagem de satélite obtida através do Google Earth (figura 4), pode-se notar abertura de longas vias para deslocamento de veículos; a possível abertura de uma pista para pousos e decolagens; construção de resorts, condomínios e loteamentos.

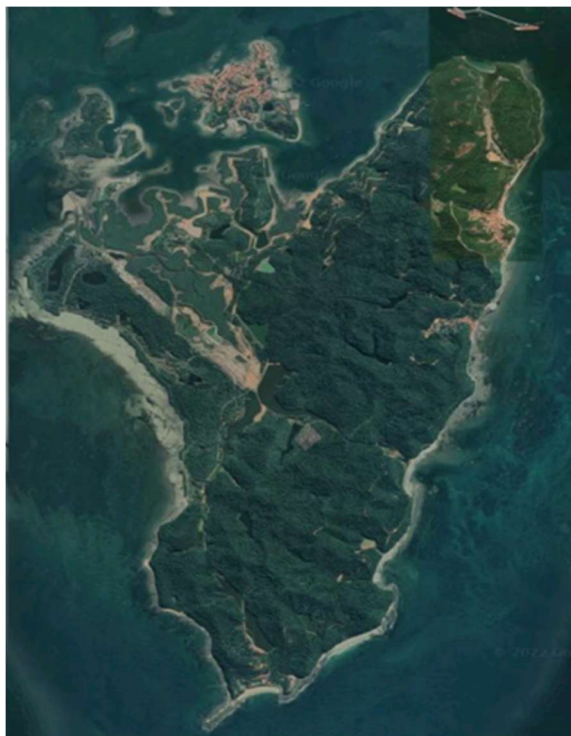


Figura 4: Imagem de satélite da Ilha dos Frades (Fonte: Google Earth – Imagem, 2022).

A análise da imagem de satélite corrobora com uma série de estudos feitos pela DEF Arquitetura e Urbanismo, que foram publicados inicialmente em seu site

(<https://www.defprojetos.com/home-pt>), mas posteriormente retirados. As figuras desses projetos continuam disponíveis na rede social Skyscrapercity. A comparação entre os projetos e a imagem de satélite revelam que a transformação da base material para sua implementação segue seu curso (figura 5).



Figura 5: Projeto para construção de um resort (Fonte: Blog Skyscrapercity).

As imagens trazem um panorama atual de como anda o cenário de desmatamento presente na Ilha, uma situação que só tem crescido ao longo dos anos, sendo camufladas por muitas obras realizadas pela Fundação. Essas construções se justificam na produção e incorporação de espaços turísticos. No discurso oficial, o turismo traria crescimento e desenvolvimento econômico para a comunidade local. Entretanto, essa população local não tem propriedade de terras nem capital para investir no setor turístico. Essas ações, conforme já mencionado, tem a chancela da PMS, que representa mais um agente importante na produção desse espaço, o Estado.

O Estado está presente na área de estudo através da União (Marinha, secretarias, autarquias, ministérios e empresas – Transpetro/Petrobras). O Governo Estadual atua na regulação dos usos do espaço da Ilha, uma que, através do Decreto no. 7.595 (1999) delimitou uma área de proteção ambiental (APA) com o objetivo de preservar a fauna, a flora, as águas e disciplinar o uso e ocupação do solo. O Governo do Estado da Bahia também se faz presente através da Secretaria de Segurança pública, com atuação na fiscalização e segurança do meio ambiente (Polícia Ambiental) e das praias. Em relação à segurança é importante mencionar que a mesma também é exercida por vigilância privada, paga e organizada pela Fundação e pelos donos dos terrenos.

Mas é Prefeitura Municipal de Salvador que se faz presente de forma mais ostensiva e direta na área de estudo, pela presença através da Guarda Civil Municipal, de uma Unidade de Saúde da Família, ou pelo ordenamento do território. Entretanto, para as pessoas ouvidas durante a pesquisa, a mesma realiza um trabalho precário, indicando uma preocupação maior para o atendimento dos interesses particulares (da Fundação) e não coletivos (dos moradores locais).

Corrêa (1989, p. 26) afirma que a associação entre o poder público municipal e os agentes do mercado imobiliário/proprietários de terras não é nova, mas é, historicamente, uma “(...) tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiários e imobiliários, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais”.

A Ilha não conta com a presença de uma escola e nem de um deslocamento adequado de transporte para Salvador a um custo acessível à maioria da população. Resta aos moradores locais usar os serviços providenciados pelo município de Madre de Deus, que está geograficamente mais próximo. Os moradores entrevistados, residentes em Paramana, relatam que o local nunca recebeu a devida atenção e investimentos da municipalidade em infraestrutura, passando sempre por problemas crônicos que se repetem até hoje (falta de escola, creche, atracadouros para embarcações, transporte). Mas esses mesmos moradores reconhecem que todos os problemas na Ponta de Nossa Senhora foram “resolvidos”, por conta de investimentos externos que tem uma finalidade específica de explorar financeiramente o potencial turístico do local.

Buscando compreender melhor a relação do município com a Ilha se faz necessário compreender as relações de poder entre os proprietários dos direitos de uso da terra, através da sua atuação político-financeira, e o município. O poder municipal cedeu a este pequeno grupo de empresários todo o controle do território insular, quer seja para a construção do posto de saúde quanto para a implementação de uma reforma paisagística, que culminou com a produção de uma ‘identidade turística’ e um padrão estético pré-determinado para sinalização e construções que perpassa o espaço selecionado para o turismo e para a urbanização turística.

A Fundação Baía Viva foi criada em 1999, com ideais de recuperar, valorizar, ordenar e desenvolver os espaços insulares da Baía de Todos os Santos. Possui diversos convênios celebrados com entidades representantes dos poderes Estadual e Municipal, sendo o convênio mais significativo o celebrado junto ao Município de Salvador em 21/11/2012, liberando sua atuação irrestrita na Ilha dos Frades. Esse convênio tem como objetivo estabelecer uma cooperação técnica visando ações que deveriam auxiliar no processo de desenvolvimento e ordenamento do espaço, bem como permitindo a ampliação dos serviços prestados pelo município nesta localidade. Suas ações na Ilha foram iniciadas com: obras na recuperação da Igreja de Loreto; novos atracadouros, finalizados na área de uso turístico (figura 6), mas ainda em construção em Paramana; infraestrutura para reciclagem e compactação do lixo; e construção de um longo muro ao redor da Ilha, que funciona ao mesmo tempo para contenção das águas, circulação e pedestres e “proteção/cercamento” do espaço.



Figura 6: Terminal hidroviário de Ponta de Nossa de Guadalupe. (Fonte: Fundação Baía Viva)

Disponível em: <http://fundacaobaiaviva.org.br>. Acesso em: 03 ago. 2022).

Cabe sempre reforçar que é na Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe que a Fundação vem realizando o mais profundo trabalho de requalificação urbano-ambiental, voltada ao desenvolvimento turístico e que atua sem muita participação popular. Segundo a pesquisa de campo, os moradores não são consultados sobre projetos e possíveis intervenções, ficando à mercê das situações impostas pelo município e pelos agentes hegemônicos. Em entrevistas realizadas percebeu-se uma certa resistência dos moradores em criticar ou falar sobre a Fundação. Os poucos relatos críticos se referiam à obra está sendo realizada de reforma da orla e construção de um complexo hidroviário para atender Paramana. Essa obra, que beneficia os moradores locais, já tem um longo período de duração e encontrava-se parada nos dias dos trabalhos de campo. A falta de um atracadouro traz diversos transtornos à população local, que depende dessa infraestrutura para se deslocar para outros locais (frequentar escolas, resolver problemas burocráticos, buscar atendimento de saúde), bem como receber os turistas de renda mais baixa que se destinam ao local.

Além da situação com o atracadouro, esses moradores relatam diversos empecilhos criados pelas obras da Fundação ao longo da Ilha, principalmente em relação as barreiras e controle do acesso às terras e caminhos no interior da ilha. Essas ações/obras acabam por isolá-los da porção mais nobre e turística da Ilha, uma vez que a eles é dificultando o acesso as praias e aos serviços fornecidos na Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe. A observação da paisagem também retrata um processo segregação e dá indicativos de um incipiente processo de gentrificação turística.

5. SEGREGAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA

Lefebvre (1991) classifica a segregação no espaço urbano capitalista em três grupos: a espontânea (decorrente do acúmulo de rendas e das ideologias próprias); a voluntária (estabelecida pelos que produzem espaços separados); e a programada (resultante de projetos de ordenamento e planejamento). Quando observamos a cidade brasileira, na periferia do sistema capitalista, a segregação involuntária, programada e forçada por fatores externos acaba sendo predominante. Em muitos casos, esses espaços segregados são produzidos sob a tutela e a regulação do Estado. Como explica Marcuse (2004, p.30) “se em qualquer sociedade houver segregação, ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado”.

A realidade encontrada na Ilha dos Frades legitima as afirmações feitas por Marcuse, pois a segregação presente é corroborada pelo poder municipal quando delega a concessão o uso do espaço para sua turistificação em contrapartida de investimento em infraestrutura. Como se trata de um espaço produzido pela lógica capitalista, a Fundação acaba por priorizar os investimentos na área onde o retorno dos investimentos será mais rápido. Os interesses privados se viabilizam na maximização das rendas geradas pelos restaurantes, bares, pousadas e no fluxo cotidiano de turistas que usam o atracadouro exclusivo em Guadalupe, por exemplo.

Há uma segregação com método, baseada no fornecimento de serviços que qualificam uma área e na distribuição de recursos concentrados em um determinado local, produzindo privilégios para poucos. Criam-se espaços selecionados para serem consumidos em atividades turísticas destinadas à uma parcela de pessoas de maior renda, em detrimento dos investimentos para melhoria da vida da população local. Não é coincidência que o atracadouro de Guadalupe encontra-se finalizado com muito mais antecedência do que aquele em Paramana. Para

Medeiros (2018, p.22) “esse privilégio acontece pela iniciativa privada (comércio, serviços de saúde, de educação, lazer e outros), que somente atua onde há demanda solvável”. Apesar da relativa proximidade geográfica entre as duas localidades, como o Estado, o agente que em tese trataria igualmente a todos e dotaria todos os espaços com a infraestrutura independente do retorno financeiro, terceiriza suas ações, a distância na qualidade dos equipamentos e serviços acaba ficando maior e mais evidente.

Paramana com um número de habitantes bem superior ao de Guadalupe, foi segregada de inúmeras maneiras: na ausência de um acesso adequado para que os moradores possam chegar até os pontos da ilha, bem como a Salvador, sede do município a qual pertence; ausência de saneamento básico adequado, o que acaba deixando a praia em frente a vila imprópria para banho. É importante compreender que estes fatos não podem ser analisados de forma isolada, mas sim de forma conjunta e em um contexto amplo que se insere em um sistema de relações de poder econômico e político. Assim, há uma dupla ausência em Paramana. Tanto da Prefeitura do Município de Salvador quanto da Fundação.

Já na Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe, a Fundação investiu muito, inclusive em desapropriações de terras que foram pagas com recursos públicos, conforme consta do Termo de Cooperação. Sua ação na produção de um espaço mais sofisticado através da construção de infraestruturas que geram uma seletividade espacial, tem como uma evidente prioridade a materialização de privilégios à essa área, que acaba por criar um movimento de enobrecimento das estruturas e serviços nessa localidade.

Essa infraestrutura melhorada, com um terminal hidroviário de grande capacidade, bem como com o projeto estético-paisagístico que cria uma uniformidade na morfologia e padrão das construções, sinalizações e espaços de circulação gera um espaço diferenciado. A carta de serviços oferecidos na Ponta de Guadalupe com gelateria italiana, restaurantes sofisticados, taperias e maciça divulgação em redes sociais produz uma paisagem e um espaço ‘ininstagramável’ (um cenário perfeito para fotos, declarações públicas de modos de vida e status). Esses elementos são indicativos de um processo incipiente de gentrificação turística.

O conceito de gentrificação foi desenvolvido pela socióloga britânica Ruth Glass (1964). Seu conteúdo visava descrever como os investimentos imobiliários no âmbito do mercado residencial em áreas degradadas, sem dinamismo econômico ou social, gerava um ciclo virtuoso de crescimento e despertava o interesse de classes mais ricas por moradia nesses locais. Para Medeiros (2018, p.83), a gentrificação também está associada à uma mudança econômica e social de “(...)espaços anteriormente abandonados (não necessariamente desabitados, mas fora dos interesses dos grandes capitais imobiliários), ou em declínio, e que passaram a ser alvo de uma nova população”

Para Savage e Warde (1993) a gentrificação se associa aos seguintes processos: 1) uma reorganização da geografia social nas áreas urbanas centrais cidade, com substituição de um grupo social por outro de estatuto mais elevado; 2) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; 3) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitetônicas; 4) uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina elevação dos valores fundiários e aumento da quota das habitações em regime de propriedade.

Segundo Mendes (2008), a gentrificação é um processo que vem sofrendo diversas mutações ao longo dos anos. Se no início era restrito aos núcleos centrais de uma cidade, hoje

é processo mais amplo, presente tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, e encontrado em áreas muito além de seus centros.

O conceito de gentrificação se ampliou devido aos estudos do processo atrelados ao enobrecimento de bairros centrais de grandes cidades, bem como em relação aos processos relacionados à geração de rendas decorrentes dos investimentos em amenidades e serviços ambientais. Dessa forma, observa-se recentemente alguns estudos sobre: a gentrificação verde (BAUMGARTNER, 2021, 2022); a gentrificação turística (GOTHAM, 2005; OLIVEIRA, MARQUESAN, 2019) em espaços produzidos pelo setor turístico.

Em Ilha dos Frades, mais especificamente em Nossa Senhora de Guadalupe, é o turismo que injeta recursos e gera rendas extras decorrentes do enobrecimento dos serviços e infraestruturas, gerando aquilo que Marcuse (1985) definiu com ‘*exclusionary displacement*’. Essa forma de gentrificação resulta em uma exclusão dos mais pobres de acessar/consumir determinados espaços, quer seja pelo aumento dos valores (aluguéis, comida, serviços) ou modificação do padrão do comércio/serviço (a sorveteria vira gelateria; a padaria vira delicatessen), entre outros exemplos. Estes serviços são pensados dentro de uma lógica estética que visa, ao mesmo tempo, enaltecer e valorizar as belezas naturais, através da padronização e homogeneização das intervenções urbanísticas. Essa dimensão tem forte relação com uma economia capitalista globalizada, onde padrões, estéticas e selos de ‘garantia’ de qualidade são introduzidos por meio de um agente capitalista, mascarado por uma fundação, mas que não tem ligação ou é de propriedade da comunidade, se configurando como um turismo de base não-comunitária ou extracomunitária.

A gentrificação turística é um processo comparável à gentrificação clássica, mas com ações em espaços muito mais específicos, quer seja em função dos objetos naturais ou dos produtos culturais produzidos e consumidos na atividade turística. As ações dos agentes do setor turístico, associados aos do mercado imobiliário, também ocasionam conflitos diferentes. Pessoas de um padrão de renda mais elevado, interessadas na aquisição ou aluguel de segundas residências, acrescidas dos turistas, em sua maioria pessoas de uma classe mais privilegiada, passam a frequentar esses locais selecionados e buscam um atendimento mais elitizado, homogêneo e padronizado. A longo prazo isto pode gerar um conflito de interesses entre os fornecedores de serviços locais e os turistas, que com o passar dos anos vão demandar serviços de mais qualidade e com maior valor agregado (MELLO, SILVA, FARIA, 2016).

A gentrificação é um processo perverso e que conta, na maioria dos casos, com a participação de dois agentes dominantes: o Estado e as empresas do mercado imobiliário. No local de estudo, o Estado, que inicialmente seria o responsável pelas infraestruturas e serviços de uma área menos favorecida, se retira, concedendo à iniciativa privada (em nome da falta de investimentos e, da ‘eficiência’ da ação do setor privado) o poder de ordenar e comercializar o espaço selecionado, no caso Guadalupe. Porém, o objetivo das ações das empresas privadas é a super exploração das rendas geradas. Muitos antigos frequentadores da praia de Guadalupe e as camadas de baixa renda agora sentem-se excluídos, receosos ou intimidados para usar esse espaço público, quer seja pelo altos valores dos produtos e serviços (um sobreiro/guarda-sol na praia era alugado por R\$ 80,00 ou R\$ 100,00 de consumação mínima; R\$ 15,00 por uma bola de gelato italiano), ou pela intensa vigilância privada na praia, que controla os usos e o pagamento das taxas de desembarque (com equipes em quadriciclos vestidas em preto, portando armas de alto calibre). Cabe salientar que, pelo fato de ser um processo incipiente, não observou-se a retirada ou expulsão dos poucos moradores do local, que tiveram suas casas

reformadas para atender ao projeto estético inserido na área, e que atuam com pequenos comércios e venda de artesanatos.

Nas conversas informais com os moradores da Ponta de Nossa Senhora, entretanto, há uma grande satisfação para com os projetos realizados pela Fundação, ao mesmo tempo que uma alienação das consequências a longo prazo, caso essa gentrificação turística se comprove com o passar dos anos. A percepção é afetada pelo aparente benefício com as melhorias na infraestrutura; com chegada de novos comércios e serviços; e com turistas de alto poder aquisitivo. Porém, seria importante que a população local compreendesse, que, mesmo sendo “beneficiada” a curto prazo, essas mudanças no padrão e na qualificação dos comércios, serviços e infraestruturas podem acarretar em problemas sociais em um futuro próximo, com o aumento dos valores de aluguéis e imóveis, por exemplo. Além disso, a elitização maior do lugar acabará por atrair cada vez mais um público mais elitizado e que terá a ânsia por consumir produtos mais exclusivos os quais a população local não conseguirá ofertar, por não ter capital acumulado ou por não se identificar com esses novos produtos e serviços demandados.

Por fim, a segregação e a gentrificação são conceitos próximos que nos ajudam a compreender a produção capitalista do espaço urbano, pautada na lógica da maximização dos lucros e na incorporação das rendas extras geradas pelo investimento público ou privado.

6. CONCLUSÕES

A Ilha dos Frades ao longo de muitas décadas foi “esquecida” pelas autoridades públicas, acarretando em graves problemas estruturais e de fornecimento de serviços básicos como luz e saneamento, além dos problemas socioeconômicos como desemprego e educação.

O desenvolvimento econômico e a melhoria da infraestrutura se tornaram visíveis na paisagem após o acordo feito pela Prefeitura de Salvador com os representantes da Fundação Baía Viva. Nesse processo, grandes empresas de diversos setores assumiram a “responsabilidade” junto ao poder municipal para a manutenção e implantação das infraestruturas básicas necessárias para toda a Ilha. Porém, esta parceria produziu maior rentabilidade apenas para um pequeno grupo de pessoas, composta pelos donos das terras e dos meios de produção, visando benefícios próprios e utilizando as comunidades de moradores locais como um meio de atingir ou camuflar os reais interesses.

As relações de conflito entre os agentes produtores do espaço e os moradores, demonstram que o território insular é produzido de acordo a lógica hegemônica do capitalismo, que o torna objeto/mercadoria para a expansão de seus interesses. Nessa disputa, a população local acaba sendo a mais prejudicada, sendo inclusive segregada e excluída do acesso as áreas enobrecidas, uma vez que não existem vias públicas de ligação entre Paramana e Nossa Senhora de Guadalupe. A falta de ruas e a presença de fazendas com áreas contíguas acabam por impedir a circulação por toda a Ilha. Dessa forma, torna-se imperativo e necessário se pensar em um espaço mais coeso, no qual sejam construídas políticas públicas mais consistentes e adequadas às necessidades da população em geral.

Além disso, é fundamental alinhar o crescimento econômico à preservação da natureza. Apesar de alguns avanços, a monetização dos recursos naturais acaba por afetar a geração de uma consciência ambiental e de justiça ambiental. Assiste-se a um crescimento de problemas

associados à falta de justiça espacial, conseqüente da exclusão dos mais pobres dos espaços com maiores recursos naturais selecionados pelos agentes hegemônicos na produção do espaço.

Mantida essa ideia de transformar a Ilha dos Frades em um espaço sofisticado, todos os agentes envolvidos na produção do espaço da Ilha precisam buscar soluções para incluir a população local nessa perspectiva de desenvolvido da área. É preciso repensar a distribuição das infraestruturas, fornecer recursos capitais para reforma das pousadas e restaurantes da comunidade local e desenvolver incentivos à manutenção da permanência dos moradores locais. Evitar a expulsão dos moradores e dos pequenos comerciantes locais e aumentar o diálogo com os mesmos deveria ser ação prioritária da Prefeitura e da Fundação, buscando meios para beneficiar a comunidade local das benesses do crescimento econômico.

Entretanto, pela forma como a qual o espaço em Ilha dos Frades está sendo produzido, a população local, mais vulnerável economicamente, é apenas espectadora do progresso econômico da porção sul do território insular. No mesmo processo, os agentes hegemônicos não investem o necessário na melhoria das condições ambientais e de infraestrutura dos espaços de moradia dessa população local. Aventa-se a hipótese de que trata de uma ação intencional, pois ao excluir essa porção norte/leste da Ilha dos projetos de requalificação, esse espaço deteriorado pode ocasionar uma saída dos moradores. Esvaziar uma área de seu conteúdo local abre um caminho para novas intervenções desses agentes hegemônicos, seguindo aos seus próprios interesses e sem a presença ou participação popular. Nesse cenário, toda a Ilha poderia ser transformada em um espaço turístico a ser consumido pelas pessoas das camadas de renda mais elevadas. A geografização desse processo nos permitiu compreender as contradições presentes na produção desse espaço.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. **Prefeitura faz pacto ‘ganha ganha’ com fundação de filha de Suarez.** Bahia.ba, 25 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://bahia.ba/politica/prefeitura-faz-pacto-ganha-ganha-com-fundacao-de-filha-de-suarez/#:~:text=A%20prefeitura%20de%20Salvador%20firmou,e%20Bom%20Jesus%20dos%20Passos>>. Acesso em 28 de Maio de 2022.

ARAÚJO, R.S.; ABREU, E.B.O.; SIQUEIRA, J.L.G.; CHRISPIM, Z.M.P. Instrumentos de política urbana nos Planos Diretores de Campos dos Goytacazes-RJ, 2008 & 2020. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v.11, n.31, p. 64 -76, 2021.

BAHIA. **Decreto n.º 7.479, de 08 de julho de 1931.** Salvador: Governo do Estado, 1931. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22/07/2022.

BAHIA (Estado). **Decreto nº 7.595 de 05 de junho de 1999.** Cria a Área de Proteção Ambiental - APA da Baía de Todos os Santos e dá outras providências. Salvador: Governo do Estado, 1999. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1999/dec_7595_1999_uc_criaapabaiadetodossantos_ba.pdf>. Acesso em 11/07/2022.

BAÍA VIVA (Fundação). **Principais ilhas.** Fundação Baía Viva, Disponível em: < Principais ilhas – Fundação Baía Viva (fundacaobaiaviva.org.br)>. Acesso em: 12 de Jun de 2022.

BAUMGARTNER, W. H. La gentrificación verde y el derecho a la naturaleza en la ciudad. Apropiación de la naturaleza en la producción capitalista del espacio urbano. **Revista Ciudades, Estados y Política**, v. 8, p. 17-32, 2021.

BAUMGARTNER, W. H. Apropriações dos objetivos do desenvolvimento sustentável pelo mercado imobiliário na produção do espaço urbano. **Scripta Nova-Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 26, p. 185-205, 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1979. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm#:~:text=LEI%20No%206.766%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201979&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Parcelamento%20do,1o.>. Acesso em: 22/07/2022

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e Praia: Orientações básicas**. Ministério do Turismo, Coordenação Geral de Segmentação. Coordenação Geral de Jurema Monteiro. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

CALDEIRA, T. Cidade de muros. **Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp; Paralelo 34, 2000.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 39 – 60.

GLASS, R. **London : aspects of change**. London: MacGibbon & Kee, 1964

GOTHAM, K. F. Tourism gentrification: The case of New Orleans' Vieux Carre (French Quarter). **Urban Studies**, v. 42, n. 7, p. 1099-1121, jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 ago 2022. <https://censo2010.ibge.gov.br/>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **Mapa de climas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Escala 1:5.000.000).

LEFBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991

MARCUSE, P. Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy Responses in New York City. **Wash. U.J. Urb. y Contemp. L.**, n. 28, p.195-240, 1985.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; Guetos não: a segregação e o Estado. **Espaço & Debates**, v. 24, n .45, jan/jul, p . 24-33, 2004.

MEDEIROS, S. R. F. Q. de. **Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal**. Natal: EDUFRN, 2018.

MELLO, M M C; SILVA, A M; FARIA, G A. A vila de pescadores de Praia do Forte: entre processos de gentrificação e resistência. In: **Congresso Internacional Contested Cities**, Madri.

Working Paper Series... Madri: Publicaciones Contest Cities, 2016.

MENDES, L. Da gentrificação turística em Lisboa. In: CURY, R.; MARTINS, F. (Orgs.). **Interconexões: saberes e práticas da geografia**. Ponta Grossa: Atena, 2020, pp. 173-185.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA. **Determinada paralisação de obras que estão degradando a Ilha dos Frades**. Notícias, 10 de agosto de 2010. Disponível em: <<https://www.mpba.mp.br/noticia/26068>> Acesso em: 31 de Maio de 2022.

NONATO, F. A. S. **Os efeitos da atividade turística na formação socioespacial do município : o caso de Tiradentes -MG**. 2021. 125f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa), Viçosa, MG, 2021.

OBSERVATÓRIO DE BAIROS SALVADOR (Universidade Federal da Bahia). **Bairros**. Salvador: Observa SSA-UFBA, 2018. Disponível em: <<https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/ilha-dos-frades>>. Acesso em: 27 de Maio de 2022.

OLIVEIRA, D. P.; MARQUESAN, F. F. S. Gentrificação em Fernando de Noronha. **Caderno Virtual de Turismo**, n. 19, v. 1, p. 1-16, 2019.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geusp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017.

RANGEL, M.R.L.F.; RUIZ, L.N.; COSTA, A.C.; GOMES, M.M.T. Participação e inclusão no direito à cidade no Brasil. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v.12, n.36, p. 01-17, 2022.

SALVADOR (Município). **Lei no. 7400 de 20 de fevereiro de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2007 e dá outras providências. Prefeitura Municipal. Salvador: Prefeitura Municipal, 2008. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2008/740/7400/lei-ordinaria-n-7400-2008-dispoe-sobre-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-do-salvador-pddu-2007-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 03 ago 2022.

SALVADOR (Município). **Lei nº 9148 de 08 de setembro de 2016**. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Salvador: Prefeitura Municipal, 2016a. Disponível em: <http://planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/pddu/Diario-Oficial-do-Municipio-6672_Lei-de-Ordenamento-do-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-de-Salvador-LOUOS---Lei-Municipal-9148-2016.pdf>. Acesso em: 03 ago 2022

SALVADOR (Município). **Lei no. 9.069 de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências.. Salvador: Prefeitura Municipal, 2016b. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>. Acesso em: 03 ago 2022.

SALVADOR (Município). **Convênio de Cooperação Técnica nº 01 de 23 de janeiro de 2016**. Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Salvador e a Fundação

Baía Viva , para atuação nas Ilhas do Município. Salvador: Secretaria Municipal de Urbanismo, - SUCOM, 2016c. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/DOM/20160123.pdf>. Acesso em 22/07/2022.

SALVADOR (Município). **Lei nº 9278 de 21 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Salvador: Sedur, 2017. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos/processos/2019/02/Lei_9278_2017.pdf>. Acesso em: 03 ago 2022.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVAGE, M.; WARDE, A. **Urban sociology, capitalism and modernity**. Londres, Macmillan, 1993.

SOUSA, S. Á. de ; Rodríguez-Barcón, A. Narrativas sobre gentrificação turística e contração urbana: uma abordagem qualitativa ao caso do Porto. **Finisterra**, n. 56, v. 116, p.115–136, 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (Bahia).. **Tipologia climática Koppen**. Salvador: SEI, 1998. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/tipologia_climatica_segundo_koppen_2014.pdf> Acesso em: 12 de Jun de 2022.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.